

# Notas introdutórias ao problema de Gettier: a “bifurcação epistêmica”<sup>1</sup>

## RESUMO

O objetivo do presente artigo é apresentar notas introdutórias sobre os aspectos essenciais do problema de Gettier. Em particular, é enfatizada a “bifurcação epistêmica” que caracteriza os casos-Gettier dentro da literatura da epistemologia contemporânea.

**Palavras-chave:** Gettier; Bifurcação epistêmica; Epistemologia.

## ABSTRACT

The purpose of this paper is to present introductory notes on the essential aspects of the Gettier problem. In particular, the “epistemic bifurcation” that characterizes the Gettier cases is emphasized within the contemporary epistemology literature.

**Keywords:** Gettier; Epistemic bifurcation; Epistemology.

---

\* Professor, doutor. Departamento de Filosofia – UERJ oleniski@outlook.com

<sup>1</sup> O presente artigo é baseado no primeiro capítulo da tese de doutorado do autor, intitulada “O Problema de Gettier e o Ceticismo”. Para uma discussão mais completa sobre o problema de Gettier, consultar a referida tese: [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca\\_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=17904@1](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=17904@1)

## Condições do conhecimento

Se, ao atravessar o centro da cidade para chegar ao trabalho, perguntamos a um transeunte qualquer que horas são e este responde prontamente "meio-dia" sem consultar seu relógio, naturalmente não confiamos na resposta. Sentimos que algo lhe falta para poder fazer essa afirmação.

Evidentemente, poderíamos nos satisfazer com essa informação se nosso objetivo era tão somente obter uma vaga estimativa da hora e não a hora exata. O contrário sendo o caso, sentimo-nos no direito de interpelar o transeunte uma segunda vez perguntando de onde lhe vem a certeza de sua resposta. Se ele responder que simplesmente sabe que é meio-dia, a dúvida persistirá. Ainda que, segundos após esse episódio, achemos um relógio eletrônico na praça e nos certifiquemos da verdade da afirmação do transeunte, isso não a tornará mais confiável.

Num caso simples do cotidiano como o descrito acima, vêem-se envolvidos diversos critérios usualmente empregados para se reconhecer a alegação de conhecimento de um fato. Não nos parece suficiente que alguém meramente afirme conhecer algo. Dizer que sabe a hora exata sem ter consultado o relógio parece-nos absurdo ainda que a afirmação seja estritamente verdadeira, ou seja, que a proposição corresponda aos fatos.

A estranheza e a desconfiança vêm do fato de reconhecermos que sempre é possível dizer algo verdadeiro sobre qualquer assunto sem nada saber sobre ele. Se alguém se dedicasse a fazer afirmações sobre economia todos os dias, mesmo sem ter a menor formação nessa disciplina, haveria uma probabilidade alta de que um dia dissesse algo de verdadeiro. É porque reconhecemos a possibilidade de coincidências que desconfiamos dessas informações.

Contrariamente, a afirmação confiável é aquela que é feita a partir de bases reconhecidas como usual ou infalivelmente seguras. Um indivíduo que queira provar uma proposição deve mostrar que ela se deduz logicamente de premissas autoevidentes ou, ao menos, verdadeiras. Se quiser afirmar uma teoria empírica, deverá mostrar que ela se deduz de conhecimentos já suficientemente aceitos, concorda com os dados da experiência direta e fornece predições seguidamente confirmadas.

É óbvio que sempre há o risco do erro. As bases podem ser falsas ou insuficientes para provar o que se deseja provar. Mas se esse não é o caso e as bases são seguras, não há porque não prestar assentimento ao que é proposto como verdade. Nesse caso, tem-se tudo o que geralmente se exige como condições necessárias e suficientes para a afirmação de conhecimento, a saber, crença verdadeira justificada.

Em primeiro lugar tem-se a crença na verdade da proposição, tese ou teoria. O assentimento à proposição é essencial para que se possa afirmar conhecimento. Não há como dizer que se conhece algo se não se acredita na verdade do que se afirma sobre ele. Cumpre também encontrar uma justificativa para a crença, ou seja, encontrar bases adequadas para a afirmação. Por fim, é imprescindível que a proposição mesma seja verdadeira.

## O problema de Gettier

Voltemos ao caso do homem que pergunta as horas a um transeunte no centro da cidade. O cenário é o mesmo, a resposta permanece insatisfatória e o

indagador acaba por confirmar a veracidade da informação por meio de um relógio eletrônico no meio da praça. Agora é possível afirmar que o homem tem conhecimento de que horas são. A crença de que é meio-dia é verdadeira (de fato, é meio-dia) e é sustentada pela justificação dada pela consulta ao relógio (que é uma forma adequada de aferição).

A essa situação acrescenta-se o seguinte detalhe: o relógio está quebrado. Ora, qualquer relógio parado dá as horas corretamente pelo menos duas vezes ao dia. A probabilidade de que alguém o consulte em um dos dois momentos em que isso se dá não é muito alta individualmente, mas aumenta se considerarmos a quantidade de pessoas que consultam o relógio de uma praça no centro da cidade. Sem dúvida, isso aconteceu a pelo menos uma pessoa algum dia.

Considere-se que tenha acontecido ao homem de quem se falou até agora. Ao consultar o relógio parado no meio da praça, ele o fez no momento em que o aparelho danificado marcava a hora correta. Dessa forma, ele tem a crença de que é meio-dia, essa crença é verdadeira (de fato, é meio-dia) e justificada por meio adequado de aferição. A pergunta, considerando-se que o relógio estava parado, é se há realmente conhecimento nesse caso.

O homem em questão não sabe que o relógio está parado e que foi somente uma coincidência o fato de que ele o consultou justamente no momento em que a máquina fornecia a hora correta. O ponto nevrálgico dessa questão é a dificuldade de se afirmar que uma coincidência possa figurar como justificação válida para atribuições de conhecimento. Não obstante, se realmente não é possível atribuir conhecimento nesses casos, então crença, verdade e justificação não são condições suficientes, embora aparentemente sejam necessárias, para o conhecimento.

Em síntese, essa questão é o cerne do artigo *Is Justified True Belief Knowledge?* de autoria do filósofo americano Edmund Gettier, publicado no número 23 da revista *Analysis* do ano de 1963. Em apenas três páginas e por meio de dois exemplos inventados, Gettier pretendeu demonstrar que a ideia de conhecimento como crença verdadeira justificada não se sustenta. No artigo, o filósofo afirma que várias tentativas foram feitas nos anos recentes para determinar as condições necessárias e suficientes para o conhecimento de uma dada proposição e que tais tentativas têm em geral a seguinte forma:

S sabe que P se e somente se: P é verdadeiro.  
S crê que P.  
S está justificado a crer que P.<sup>2</sup>

Em seguida, o americano ilustra sua afirmação com exemplos tirados de dois filósofos contemporâneos, Chisholm e Ayer. Segundo Gettier, Chisholm defende que alguém sabe que P se e somente se:

S aceita P.  
S tem evidência adequada para P. P é verdadeiro.<sup>3</sup>

<sup>2</sup> GETTIER, 1963, p.121.

<sup>3</sup> Idem, 1963, p.121.

Por sua vez, ainda segundo Gettier, Ayer sustenta que as condições necessárias e suficientes para o conhecimento são aquelas em que

- P é verdadeiro;
- S está certo de que P é verdadeiro.
- S tem o direito de estar certo de que P é verdadeiro.<sup>4</sup>

Ora, para o filósofo americano, as condições dadas nos exemplos acima não são suficientes para a verdade da proposição de que "S sabe P". Sua argumentação intenta mostrar que o problema reside na condição "S está justificado a crer que P" e que a situação permanece a mesma quando se substitui "S está justificado a crer que P" pelas variantes "S tem evidência adequada para P" ou "S tem o direito de estar certo de que P é verdadeiro".<sup>5</sup>

Gettier então passa a descrever dois casos fictícios para ilustrar dois pontos. No primeiro deles, mantendo-se o sentido de "justificado" empregado como condição necessária para que S saiba que P, uma pessoa pode estar justificada em crer que P e P ser falso. E no segundo, para qualquer proposição P, se S está justificado em crer que P, e P tem Q como consequência, e S deduz Q de P e aceita Q como resultado dessa dedução, então S está justificado em crer que Q.<sup>6</sup>

No primeiro exemplo apresentado por Gettier, supõe-se a existência de dois homens, Smith e Jones, que fazem solicitação para um emprego. Supõe-se também que Smith tem forte evidência para chegar à proposição conjuntiva segundo a qual:

- (a) Jones é o homem que vai conseguir o emprego e Jones tem dez moedas em seu bolso.

A evidência que Smith tem para (a) vem da informação dada a ele diretamente pelo presidente da companhia de que Jones seria selecionado ao final e do fato de que ele mesmo (Smith) havia contado as moedas no bolso de Jones dez minutos atrás. Da proposição (a) deriva-se a proposição (b) segundo a qual:

- (b) O homem que vai conseguir o emprego tem dez moedas no bolso.

Supondo que Smith perceba a derivação de (b) de (a) e aceite (b) baseado em (a), então Smith está claramente justificado em crer que (b) é uma proposição verdadeira.

Contudo, suponha-se que, a despeito do desconhecimento de Smith, será ele e não Jones que conseguirá o emprego e que, além disso, ele também tem dez moedas no bolso sem o saber. Sendo assim, a proposição (b) é verdadeira, embora a proposição (a) da qual ela é derivada é falsa. De tal cenário se conclui que:

1. A proposição (b) é verdadeira.
2. Smith crê que (b) é verdadeira.
3. Smith está justificado em crer que (b) é verdadeira.

<sup>5</sup> Idem, 1963, p.122.

<sup>6</sup> Ibidem, 1963, p.122.

O problema reside no fato de que Smith realmente não sabe que (b) é verdadeira, uma vez que ele ignora que tem dez moedas em seu próprio bolso. E a verdade de (b) se funda no fato da existência de dez moedas no bolso de Smith, embora o próprio Smith derive a verdade de (b) do fato de Jones ter dez moedas no bolso e da informação de que Jones conseguirá o emprego no fim.<sup>7</sup>

O segundo caso fornecido por Gettier tem como personagens os mesmos Smith e Jones numa situação diferente, mas com os mesmos resultados teóricos. O filósofo americano convida o leitor de seu artigo a imaginar que Smith tem forte evidência para a seguinte proposição:

(c) Jones é dono de um Ford.

Há muito que Smith conhece Jones e até onde Smith se lembra, Jones sempre teve um carro e este sempre foi um Ford. Além disso, Jones acabou de oferecer uma carona a Smith enquanto dirigia um Ford. Não obstante, Smith tem um amigo chamado Brown cujo paradeiro é desconhecido e seleciona ao esmo as três seguintes proposições:

(d) Ou Jones tem um Ford ou Brown está em Boston.

(e) Ou Jones tem um Ford ou Brown está em Barcelona.

(f) Ou Jones tem um Ford ou Brown está em Brest-Litovsk.

Cada uma dessas proposições pode ser derivada de (c) e Gettier sugere ao leitor que admita que Smith não só percebe essa derivação como aceita como verdadeiras as três proposições (d), (e) e (f) baseado na verdade de (c). Como Smith as inferiu de uma outra proposição da qual ele tem grande evidência, então Smith está totalmente justificado em crer nas três proposições acima identificadas.

Acrescente-se em seguida que, na verdade, Jones dirige um Ford alugado e que, por uma grande coincidência, sem que Smith disso saiba, Brown realmente está em Barcelona. Admitidas essas duas novas informações, temos:

1. A proposição (e) é verdadeira.

2. Smith acredita que (e) é verdadeira.

3. Smith está justificado em crer que (e) é verdadeira.<sup>8</sup>

Segundo Gettier, apesar das condições acima terem sido preenchidas, não se pode afirmar que realmente Smith tenha conhecimento de que (e) é verdadeira. O que torna Smith justificado em crer na verdade de (e) é a mera coincidência de que Brown esteja em Barcelona (do que ele não tem nenhuma evidência) e não a proposição (da qual ele pensa que tem grande evidência) de que Jones tem um Ford.<sup>9</sup>

Os dois casos criados por Gettier têm como objetivo mostrar que a análise segundo a qual conhecimento é crença verdadeira justificada está errada. A re-

<sup>7</sup> GETTIER, 1963, p.122.

<sup>8</sup> Para que uma proposição disjuntiva seja verdadeira, basta que pelo menos uma das duas proposições que a compõem seja verdadeira.

<sup>9</sup> Idem, *Ibidem.*, 1963, p.122.

ação a essa afirmação foi imediata e logo após a publicação do artigo seguiu-se uma enxurrada de respostas gerando uma polêmica baseada majoritariamente em artigos de revistas acadêmicas. Como afirmou Alvin Plantinga, o caso de Gettier é único na filosofia contemporânea e sua importância pode ser medida pela disparidade entre o número de páginas do artigo original e o número de páginas que foram escritas para respondê-lo.<sup>10</sup>

## Críticas aos casos apresentados por Gettier

Apesar do inegável impacto de seu artigo, nem todos se convenceram com a argumentação de Gettier. Dentre os críticos que se concentraram em apontar erros inferenciais nos exemplos dados no artigo está o também filósofo americano Irving Thalberg. Em um texto sugestivamente intitulado *In Defense of Justified True Belief*, ele questiona o que chama de "princípio de dedutibilidade para justificação"<sup>11</sup>, abreviado como (PDJ), presente nos exemplos de Gettier e apresentado na seguinte formulação:

(PDJ): Para qualquer proposição P, se [uma pessoa] S está justificada em crer que P, e de P se infere Q, e S deduz Q de P e aceita Q como resultado de tal dedução, então S está justificado em crer em Q.

Retomando o primeiro exemplo de Gettier, no qual Smith e Jones disputam um emprego e têm ambos dez moedas nos seus respectivos bolsos, Thalberg tenta mostrar que, embora a dedução feita por Smith esteja logicamente correta, ela não lhe fornece uma justificação suficiente. Segundo o caso, Smith tem bases adequadas para crer nas seguintes proposições:

- (1) Jones vai conseguir o emprego.
- (2) Jones tem dez moedas no bolso.

Dessas proposições Smith infere:

- (3) Jones é o homem que vai conseguir o emprego e tem dez moedas no bolso. E de (3) Smith infere (4):
- (4) O homem que vai conseguir o emprego tem dez moedas no bolso.

Ora, por meio de (PDJ) Gettier sustenta que Smith está justificado em crer em (3) e em (4). Uma vez que se revela que (1) é uma proposição falsa e (2) é verdadeira, (3) se torna automaticamente falsa, mas (4) permanece verdadeira. Thalberg concorda com Gettier na afirmação de que Smith não sabe que (4) é verdadeira, mas assevera que não há justificação adequada para Smith crer em (3) e (4). Dessa forma, não se configura o caso de Smith ter crença verdadeira justificada e ainda assim não ter conhecimento.

<sup>10</sup> PLANTINGA, 1993, p. 33.

<sup>11</sup> Principle of deducibility for justification, no original em inglês.

Thalberg admite que de (1) e (2) pode-se inferir logicamente (3) e (4), mas considera que a evidência de (1) e (2) não se transfere para (3) e (4). Se Smith sabe que seu chefe na maioria das vezes está certo em suas declarações, então Smith tem evidência suficiente para (1). Se o próprio Smith tem boa habilidade para contar moedas, então está justificado para crer em (2). Contudo, para Thalberg, qualquer teoria elementar de probabilidade aponta para o fato de que o prospecto de estar certo acerca de duas proposições em conjunção é menor do que aquele de estar certo acerca de (1) ou (2) separadamente. Por conseguinte, Smith não estaria justificado em crer em (3).<sup>12</sup>

Se Smith não pode justificadamente crer em (3), também não pode justificadamente crer em (4). Mas Thalberg aponta para uma dificuldade adicional com relação à proposição (4). Enquanto (3) é uma proposição que só pode ser verdadeira para Jones, (4) é uma proposição geral que pode ser verdadeira para muitos. Embora a proposição contenha o sujeito gramatical "o homem que vai ser escolhido", que só se aplica a uma só pessoa, ela não especifica ninguém. Nas palavras de Thalberg:

Minha crítica é que Smith não tem evidência para justificá-lo a esperar qualquer das outras situações que tornariam (4) verdadeira, isto é, alguma outra pessoa sendo escolhida em vez de Jones. Eu também objeto a crença de Smith em (4) porque o sujeito da frase "o homem que vai ser escolhido" nem mesmo se aplica à pessoa da qual Smith recolheu a evidência da posse de moedas.<sup>13</sup>

Smith, ao invés de inferir (4), poderia ter inferido a proposição (5) segundo a qual:

(5) O homem cuja eleição foi predita pelo presidente tem dez moedas no bolso.

Em tal caso, uma só poderia ser a possibilidade de verdade, a saber, que Jones tivesse realmente conseguido o emprego e tivesse dez moedas no bolso. Nessa situação, a verdade de (5) seria um caso típico de crença verdadeira justificada.

Thalberg critica também o segundo caso fornecido por Gettier no qual o mesmo Smith tem evidência adequada para crer na proposição (6).

(6) Jones tem um Ford.

Seguindo o caso, Smith tem um amigo chamado Brown cujo paradeiro é desconhecido. Sabendo desse fato, ele considera três possibilidades:

(7) Brown está em Boston. (7')

Brown está em Barcelona.

(7'') Brown está em Brest-Litovsk.

<sup>12</sup> THALBERG, 1969, p.797.

<sup>13</sup> Idem., 1969, p. 799.

Smith sabe também que de qualquer proposição P se pode derivar validamente a disjunção de P com qualquer outra proposição R. Daí, Smith deriva:

(8) Ou Jones tem um Ford ou Brown está em Barcelona.

Se Gettier está certo, então a partir de (PDJ) pode-se afirmar que a evidência que Smith tem para (6) justifica-lhe também a confiança em (8). Como o exemplo informa, Jones não tem um Ford, mas Brown está realmente em Barcelona. Desse modo, (6) é uma proposição falsa, mas a disjunção de (6) e (7') é verdadeira. Smith tem então, segundo Gettier, crença verdadeira justificada, mas não tem conhecimento uma vez que ninguém diria que ele sabe que (8) é verdadeira.

É a mera coincidência de que Brown está realmente em Barcelona que faz a conjunção (8) ser verdadeira. Thalberg, mais uma vez, concorda com Gettier que Smith não tem conhecimento, mas assevera que Gettier está errado em supor que (PDJ) forneça justificativa adequada para se crer em (8) a partir de (6). Em termos técnicos, não há nada de errado em derivar disjunções de proposições isoladas, mas na vida cotidiana não se costuma a criar disjunções arbitrariamente.

Embora não seja possível enunciar regras férreas para essas disjunções, na vida cotidiana uma disjunção é criada a partir de uma primeira proposição quando se intui que se esta for falsa, a segunda será provavelmente verdadeira. Se há evidência de que Jones tem um Ford e de que ele detesta qualquer outro tipo de carro, então se pode justificadamente crer em (8')

(8') Ou Jones tem um Ford ou ele não tem automóvel.

Se Jones fala entusiasticamente de Ferraris é possível crer justificadamente na disjunção (8'')

(8'') Ou Jones tem um Ford ou ele tem uma Ferrari.<sup>14</sup>

Thalberg aponta aqui para o fato de que a escolha de uma disjunção não é arbitrária e que a evidência que (6) fornece para Smith não se transfere a nenhuma disjunção cujo segundo termo seja arbitrariamente escolhido. Em outros termos, há uma diferença crucial entre uma derivação logicamente válida e uma justificação adequada para o conhecimento. Nem tudo que se pode inferir de uma proposição com forte evidência carrega consigo a mesma segurança epistêmica.

A crítica de Thalberg revela também a artificialidade dos exemplos criados por Gettier. Em termos lógicos, não se poderia negar a possibilidade de se derivar validamente as conjunções e disjunções apresentadas nos exemplos, mas em termos práticos, dificilmente alguém numa situação real escolheria as proposições que Gettier apresenta. E é justamente essa escolha, segundo Thalberg, que impede a transferência da força epistêmica que justifica a proposição original para as proposições conjuntivas e disjuntivas resultantes.

<sup>14</sup> THALBERG, 1969, p.802.



O mesmo princípio é usado por Thalberg na análise do contraexemplo à crença verdadeira justificada como condição suficiente para o conhecimento apresentado desta vez por Keith Lehrer, em 1965, num artigo na revista *Analysis*. No texto, o autor pede ao leitor que imagine que ele (Lehrer) vê dois homens, Sr. Nogot e Sr. Havit, entrando em seu escritório. Sr. Nogot acabou de chegar em um Ford, declarou que tem um Ford e até mesmo mostrou seu certificado de compra do Ford. Além disso, Sr. Nogot tem sido um amigo honesto e confiável. Baseado nessas evidências, Lehrer se sente justificado em crer em (1):

(1) Sr. Nogot, que está em meu escritório, tem um Ford.

E de (1), Lehrer deduz (2):

(2) Alguém em meu escritório tem um Ford.<sup>15</sup>

Como se trata de um caso do tipo apresentado por Gettier, descobre-se depois que Sr. Nogot não tem um Ford, mas Sr. Havit sim. Mais uma vez, alguém crê numa proposição com grande base evidencial, dela infere validamente uma consequência e descobre que esta é verdadeira por pura coincidência enquanto a primeira é falsa. O exemplo mostraria então que há casos de crença verdadeira justificada sem que haja conhecimento.

Thalberg explica que o exemplo de Lehrer se baseia no mesmo "princípio de dedutibilidade para justificação" (PDJ) usado por Gettier. Por meio de (PDJ), Lehrer pretende transferir a força epistêmica da evidência que sustenta (1) para (2). A questão é que (2) é inevitavelmente ambígua. Ela admite algumas interpretações segundo as quais:

(a) Um colega de escritório de Lehrer, aquele de quem Lehrer tem evidência tem um Ford.

(b) Somente um dos colegas de escritório de Lehrer tem um Ford.

(c) Ao menos um dos colegas de Lehrer tem um Ford.

Thalberg afirma que (a), (b) e (c) derivam (2) e que, por sua vez, (a) e (b) derivam (c). Sabendo-se que (1) é uma proposição falsa e que, na verdade, é o Sr. Havit que tem um Ford, então (2) interpretado como (c) é verdadeiro, (a) é falso e (b) permanece indefinido, pois Lehrer não especifica se o Sr. Havit é o único proprietário de um Ford no escritório.

A única interpretação de (2) a qual (1) fornece justificação adequada, segundo Thalberg, é (a). Como (1) é falsa, então não se tem aí um caso de crença verdadeira justificada. Thalberg afirma que Lehrer não tem evidência alguma para esperar qualquer outra situação que não aquela do Sr. Nogot possuir um Ford. Assim, não há nenhuma situação na qual as interpretações (b) e (c) sejam verdadeiras. As evidências que Lehrer tem não indicam que somente um colega de escritório tem um Ford e nem que haja outros.

Certamente Lehrer investigou ao menos um colega para saber se ele tinha um Ford, mas então a formulação correta da situação seria "Lehrer investigou pelo

<sup>15</sup> LEHRER *apud* FOGELIN, 1994, p.24.

menos um de seus colegas e, pelo menos, um deles tem um Ford". Nesse caso a proposição se referiria ao Sr. Nogot exclusivamente e seria outra versão possível de (a) em vez de uma versão que tornaria (c) verdadeira. Para Thalberg, Lehrer engana-se ao pensar que se possa transferir, por meio do (PDJ) a força epistêmica que sustenta uma proposição a proposições deduzidas logicamente dela.<sup>16</sup>

Se a única interpretação possível para (2) é (a) e (1), de onde (2) pretensamente retira sua justificação, é uma proposição falsa, então não se pode falar aqui de crença verdadeira justificada. Em suma, a análise de Thalberg mostra que das diversas interpretações possíveis de (2) somente uma tem apoio adequado em (1), que por fim revela-se falsa, e que todas as outras interpretações não receberiam a força epistêmica de (1) caso esta fosse verdadeira. Em ambos os casos não se configura crença verdadeira justificada e Lehrer falha em produzir seu contraexemplo.

A inferência a partir de uma proposição falsa, entretanto, não é um problema exclusivo do contraexemplo criado por Lehrer. Não parece difícil a qualquer leitor atento perceber que, no artigo original de Gettier, as inferências que Smith faz se baseiam em proposições falsas. No primeiro caso, Smith tem forte evidência para crer na proposição "Jones é o homem que vai conseguir o emprego e Jones tem dez moedas em seu bolso" e dela infere "O homem que vai conseguir o emprego tem dez moedas no bolso". É por mera coincidência que a última proposição será verdadeira, uma vez que o próprio Smith e não Jones conseguirá o emprego.

O fato de a proposição "O homem que vai conseguir o emprego tem dez moedas no bolso" ser ao final verdadeira (embora por pura coincidência) e ter sido inferida de uma proposição com forte evidência a seu favor ("Jones é o homem que vai conseguir o emprego e Jones tem dez moedas em seu bolso") faz com que se configure aqui, segundo Gettier, o caso de uma crença verdadeira justificada que não é conhecimento.

Mas o exemplo de Gettier só se sustentará se a inferência se der entre proposições verdadeiras. A proposição "O homem que vai conseguir o emprego tem dez moedas no bolso" é verdadeira (inegavelmente corresponde aos fatos), mas "Jones é o homem que vai conseguir o emprego e Jones tem dez moedas em seu bolso" é falsa. Sendo assim, a crença de Smith se baseia numa premissa falsa e não pode contar como conhecimento.

O segundo exemplo de Gettier é atingido pelo mesmo problema. A proposição disjuntiva de Smith, "Ou Jones tem um Ford ou Brown está em Barcelona", que se revela verdadeira por acaso, foi inferida de uma proposição que, a despeito de forte evidência a seu favor, era falsa. A premissa "Jones tem um Ford" não corresponde aos fatos, o que impede que a crença em qualquer proposição (ainda que verdadeira) que dela se infira, não se configure em conhecimento.

## Novos casos-Gettier

Atentos às críticas acima apresentadas, diversos autores passaram a modificar seus exemplos de modo a evitar inferências a partir de proposições falsas.

---

<sup>16</sup> THALBERG, 1969, p 802.

Robert Fogelin, por exemplo, mostra que mesmo o caso apresentado por Keith Lehrer pode evitar o problema por meio de uma pequena modificação.

Assumindo o mesmo cenário em que S tem dois colegas de escritório, Sr. Nogot e Sr. Havit, e que S tem grande evidência de que Sr. Nogot tem um Ford, S pode derivar a proposição "Alguém em meu escritório tem um Ford" diretamente da evidência que possui, sem precisar inferí-la da proposição falsa "Sr. Nogot, que está em meu escritório, tem um Ford".<sup>17</sup> Essa solução evita a inferência a partir de uma afirmação falsa, mas parece não escapar de uma crítica semelhante a que Thalberg dirige aos exemplos originais de Gettier e de Lehrer.

Poucos negariam que um sujeito S possa realmente inferir "alguém em meu escritório tem um Ford" de todas as informações que dão conta de que o Sr. Nogot tem um Ford e trabalha no escritório de S. Contudo, todas as informações obtidas indicam que Sr. Nogot tem um Ford e não um "alguém" indefinido. Na vida cotidiana, S deveria escolher a mais provável das inferências em termos de justificação e não uma proposição que, embora validamente deduzida da base evidencial, é inevitavelmente ambígua e de valor mais reduzido. Mais uma vez, parece que a dedução logicamente válida não garante a transferência da força epistêmica.

Assim, se S chega à conclusão de que (como sua base evidencial indica) o Sr. Nogot tem um Ford, então o fato de que é o Sr. Havit que possui um Ford e não o Sr. Nogot vai se tornar uma evidência definitivamente contrária à sua inferência e não haverá crença verdadeira justificada. Mas é justamente pela preferência por disjunções, conjunções e proposições "gerais"<sup>18</sup> ou ambíguas e por meio de (PDJ) que Gettier e Lehrer conseguem construir exemplos de crença verdadeira justificada sem conhecimento.

Robert Fogelin afirma que esse estilo de exemplo caracteriza as primeiras formulações do problema da crença verdadeira justificada sem conhecimento, embora não possa ser considerado como o único tipo possível de caso-Gettier. Segundo Fogelin, embora todos os casos-Gettier necessariamente envolvam certo grau de acaso e coincidência na justificação, eles podem ser didaticamente divididos em dois grupos:

I. Aqueles que empregam um procedimento de justificação normalmente confiável em um contexto onde ele não é, de fato, confiável e então chegam a algo verdadeiro deduzindo uma conclusão *mais fraca* do que aquela normalmente fornecida por esse procedimento.

II. Aqueles que empregam um procedimento de justificação normalmente confiável em um contexto em que ele não é, de fato, confiável e então chegam a uma conclusão verdadeira usualmente *forte* por boa sorte.<sup>19</sup>

O primeiro grupo abrange os casos originais apresentados por Gettier e Lehrer e se caracterizam por uma inferência válida a partir de uma proposição de grande evidência, mas que se revela falsa (casos-Gettier originais) e os casos onde uma inferência válida é feita diretamente da evidência reunida e que não passa por uma proposição intermediária falsa (caso-Gettier apresentado por

<sup>17</sup> FOGELIN, 1994, p. 24.

Lehrer). Em ambos, a proposição, caracterizada pelo uso de conjunções, disjunções e formas como "algum  $x$  é  $p$ ", se revela verdadeira por simples acaso ou sorte.

O segundo grupo veio a se tornar o tipo padrão de casos-Gettier nas discussões acadêmicas sobre os contraexemplos ao conhecimento como crença verdadeira justificada. Para ilustrar as características do desse segundo grupo, Fogelin apresenta o caso criado por Ernest Sosa no qual S tem justificativa para crer que viu um celeiro e ainda assim não tem conhecimento.

Segundo o exemplo de Sosa<sup>20</sup>, um sujeito S vê um celeiro durante um passeio no campo e, por isso, tem a crença justificada de que aquilo é um celeiro. Entretanto, dos dois lados da estrada há vários celeiros falsos, meras cascas sem nada dentro, mas que por fora são perfeitamente capazes de simular celeiros reais. O fato de S ter avistado o celeiro real e daí estar justificado a crer que haviam ali um celeiro se deve ao acaso de S ter encontrado o único celeiro verdadeiro em meio a diversos celeiros falsos. A pergunta é então se S tem crença verdadeira justificada sem conhecimento.

Os que afirmam que este é um contraexemplo à ideia de conhecimento como crença verdadeira justificada apoiam-se no fato de que a verdade que S haure de sua percepção visual é fruto de um acaso, uma vez que o celeiro real visto por S estaria no meio de um conjunto grande de celeiros falsos externamente idênticos e passíveis de enganar a visão de qualquer transeunte. Foi a mera sorte que determinou que esse estivesse certo.

É necessário tecer aqui alguns comentários sobre o exemplo de Sosa. Parece difícil aceitar o contraexemplo que ele propõe ao conhecimento como crença verdadeira justificada. Primeiramente porque a conclusão de S é verdadeira, é "inferida" a partir de um meio adequado de justificação. Com todos esses atributos, o exemplo parece descrever nada além de um caso clássico de crença verdadeira justificada. Afinal, S viu um celeiro real e acreditou que aquilo que viu era um celeiro.

A questão é que essa justificação se dá "por acaso", isto é, foi só a sorte que determinou que S avistasse o celeiro real. Nesse caso, o "acaso" envolvido tem ares de probabilismo. Num meio onde abundavam os celeiros falsos exteriormente idênticos a um verdadeiro, a probabilidade de se identificar o verdadeiro era bem pequena. O exemplo descarta qualquer sinal distintivo, por mínimo que fosse, que pudesse indicar a S que ele avistava um celeiro verdadeiro e não um falso. Para qualquer observador no lugar de S, os celeiros falsos transmitiriam a mesma certeza visual que um celeiro verdadeiro.

Não obstante, se os celeiros falsos não tiveram parte nenhuma no processo de "inferência" e nem no processo de justificação da crença verdadeira haurida pela evidência visual, então é válido perguntar qual é afinal sua importância para o caso proposto. Havia um ambiente desfavorável para uma cognição correta, ou seja, era mais provável que S tomasse os celeiros falsos por celeiros verdadeiros e, a despeito disso, S forma uma crença verdadeira a partir de uma cognição verdadeira.

<sup>18</sup> No sentido que Thalberg dá a esse termo ao criticar os exemplos fornecidos por Gettier e Lehrer.

<sup>19</sup> FOGELIN, 1994, p.23.

<sup>20</sup> SOSA *apud* FOGELIN, 1994, p.25.

Não parece claro que um ambiente adverso e uma consequente alta probabilidade de erro sejam suficientes para determinar o acaso na justificação de uma crença que é verdadeira ao final. Se a crença verdadeira de S de que está diante de um celeiro é justificada por um meio adequado e normalmente confiável, em que influirão considerações acerca de um ambiente desfavorável?

Seja como for, no que concerne à apresentação do problema como entendido por seus defensores, o exemplo de Sosa é bem próximo às feições gerais apresentadas pelos diversos casos-Gettier do segundo grupo citado por Fogelin. Tal grupo caracteriza-se principalmente pelo uso de processos confiáveis e inferências robustas, não derivadas de proposições falsas, que ao fim se revelam verdadeiras por mero acaso ou sorte.

## Bifurcação epistêmica

O coração do problema encontra-se em uma espécie de "bifurcação epistêmica" que se estabelece no processo do conhecimento tomado como crença verdadeira justificada. Quando o sujeito S quer saber algo, naturalmente ele considera os métodos reconhecidamente mais apropriados para alcançar seu objetivo e escolhe o método confiável M. Ele está sendo epistemicamente responsável em sua escolha. S então recolhe as evidências e chega a uma conclusão C que lhe parece a certa. Acrescente-se o fato de que C é realmente o caso.

S tem uma conclusão C verdadeira obtida por um método M confiável que justifica sua pretensão de conhecimento. É justamente aí, na justificação, que a "bifurcação epistêmica" característica dos casos-Gettier acontece. O método M é confiável porque estabelece geralmente uma ligação correta entre as evidências de que S dispõe e a conclusão C. Mas especificamente no caso de S, não é a usual confiabilidade de M que lhe faculta chegar a C. É uma coincidência que torna C verdadeira.

A confiabilidade de M não se aplica então ao caso de S e S, embora responsável epistemicamente, não tem conhecimento de C. Há uma bifurcação entre aquilo que usualmente justifica o conhecimento e que justifica S a crer que C e aquilo que realmente acontece a despeito do conhecimento de S. Essa "bifurcação epistêmica" destrói as pretensões de conhecimento de uma conclusão verdadeira obtida por métodos seguros.

Em outros termos, o que o sujeito S tem "direito" de sustentar não coincide com aquilo que ele está justificado a sustentar. Robert Fogelin resume o problema nos seguintes termos:

- (a) Dado um certo conjunto de informações, nosso sujeito S, usando algum procedimento padrão, justificadamente vem a crer que uma proposição, *h*, é verdadeira.
- (b) Nós temos um conjunto de informações mais amplo do que S possui, e em virtude dessas informações vemos que as bases de S, embora responsabilmente invocadas, não justificam *h*.<sup>21</sup>

Como mostrado acima, os casos-Gettier baseiam-se numa diferença entre o que o sujeito S na situação concreta sabe e o que um pretendido observador (no

caso aquele que lê ou testemunha um caso-Gettier) sabe dessa mesma situação. O "observador" tem informações que S não tem e por isso pode avaliar corretamente os fatos como eles exatamente ocorrem e, por fim, julgar as pretensões de conhecimento de S.

Os casos-Gettier são casos onde se nega conhecimento a um conhecedor que não tem todos os dados à sua disposição. Por isso mesmo, não estão em jogo a eficiência ou a responsabilidade de S em recolher os dados disponíveis nem sua capacidade de inferência dedutiva ou indutiva. O sujeito S é perfeitamente honesto, responsável e capaz em suas atividades acadêmicas. Nenhuma deficiência moral ou estrutural o atinge e a negação de conhecimento de S não é um julgamento de suas aptidões.

Somente o "observador" sabe da infeliz coincidência da qual S foi vítima. O que S está justificado a crer a partir do que sabe não coincide com o que, na realidade, acontece e pressupõe-se que se S soubesse o que o "observador" sabe, ele "saberia" que não tem conhecimento. O julgamento incide sobre a situação concreta, sobre a realidade a que S não tem acesso e que torna sua pretensão ao conhecimento injusta, mas não desonesta ou inepta.

O leitor de um caso-Gettier é convidado a testemunhar, com uma "visão a partir dos olhos de Deus", as atividades epistêmicas de um conhecedor que é diligente, porém desafortunado. E é dessa posição privilegiada que o "observador" pode perceber que S, com os dados que dispõe, está justificado em crer que C é o caso, mas que, ao mesmo tempo, S não está justificado em crer em C. Como diria Aristóteles, ele "sabe em um sentido, mas não sabe em outro".<sup>22</sup>

De fato, os sentidos de "saber" parecem ser diferentes. O sujeito S sabe, pois sua conclusão é verdadeira e foi obtida por meio de um método confiável e, ao mesmo tempo, não sabe, pois sua conclusão verdadeira não é fruto das virtudes epistêmicas do método, mas de uma feliz coincidência. Esses dois sentidos de "saber" ou de "estar justificado" estão aparentemente implicados na estrutura dos casos-Gettier.

## Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. *Metaphysics*. Trad. David Ross. In: *Britannica Great Books*, Chicago: Encyclopaedia Britannica Inc., vol.8, 1952.

FOGELIN, Robert J. *Pyrrhonian Reflections on Knowledge and Justification*. New York: Oxford University Press, 1994.

\_\_\_\_\_. *What Does a Pyrrhonist Know?* In: *Philosophy and Phenomenological Research. International Phenomenological Society*, Vol. 57, número 2, Junho, 1997, p. 417- 425. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2953730>. Acesso: 08/04/2009

GETTIER, Edmund. *Is Justified True Belief Knowledge? Analysis*. n. 23, Junho, 1963, p.121-123.

<sup>21</sup> FOGELIN, 1994, p. 22.

<sup>22</sup> ARISTÓTELES, 1952, p. 97.

LEHRER, Keith e PAXSON, Thomas. *Undefeated Justified True Belief*. In: *The Journal of Philosophy*, v. 66, n. 8, Abril, 1969, p.225-237. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2024435>. Acesso em: 31 out. 2008

PLANTINGA, Alvin. *Warrant: The Current Debate*. New York: Oxford University Press, 1993.

\_\_\_\_\_. *Warrant and Proper Function*. New York: Oxford University Press, 1993b.

THALBERG, I. In Defense of Justified True Belief. In: *The Journal of Philosophy*, v.66, n. 22, novembro 1969, p. 794-803. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2024370>. Acesso em: 22 maio 2009.

Recebido em: 24 de abril 2017

Aprovado em: 16 de junho 2017